



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ANNE CAMILA FORTES RODRIGUES

**EXCLUSÃO SOCIAL E POBREZA NA PERSPECTIVA DA
UNESCO E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

LONDRINA
2010

ANNE CAMILA FORTES RODRIGUES

**EXCLUSÃO SOCIAL E POBREZA NA PERSPECTIVA DA
UNESCO E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Londrina.

Orientadora: Prof^a. Ana Lucia Ferreira da
Silva.

LONDRINA
2010

ANNE CAMILA FORTES RODRIGUES

**EXCLUSÃO SOCIAL E POBREZA NA PERSPECTIVA DA
UNESCO E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Londrina.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Orientador: Ana Lucia Ferreira da Silva
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Componente da Banca
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Componente da Banca
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, _____ de _____ de _____.

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso a
minha mãe pelo apoio e amor incondicional em
toda a minha vida.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pois sei que sem ele nada poderia ser possível.

Agradeço a minha família, que sempre me apoiou principalmente a minha mãe por todo seu amor, carinho e dedicação que abriram meu caminho até aqui.

Agradeço a minha orientadora pela dedicação, paciência e amizade.

Agradeço também as minhas amigas de curso Gislene, Efigênia, Cris Heffer, Ariane, Ana Carla, Emilly e Cleonice entre outras tantas que alegraram minha caminhada e fizeram este período tão especial.

Agradeço também as minhas amigas Ana Paula F. e Ana Paula S. a quem apesar de a vida ter nos mostrado caminhos diferentes, sempre estiveram presentes em minhas vitórias.

Gostaria de agradecer também aos participantes do Grupo de Estudos e Pesquisa de Políticas Públicas e Gestão da Educação na América Latina e Caribe – PGEALC/Londrina, pelas horas de discussões que contribuíram no resultado desse trabalho.

“ A esperança não é um estado social, o do bem estar, do consumo, e até dos privilégios de que já desfrutam minorias afluentes. A esperança só o é como possível, o que pode ser, o que ainda não é mas está anunciado nas próprias condições sociais que os seres humanos foram capazes de construir até aqui, no esforço de todos e não só de alguns. Esse possível só o é, por sua vez, se mediado pela consciência social crítica, pelo conhecimento crítico - pela crítica que revê continuamente certezas e verdades, suas condições, suas limitações, seus bloqueios, sobretudo os bloqueios dos que se crêem insentos de limites de compreensão.” (Martins, 2002)

RODRIGUES, Anne Camila Fortes. **Exclusão social e pobreza na perspectiva da UNESCO e seus reflexos na educação brasileira**. 2010. 59 Folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

RESUMO

A exclusão social e a pobreza são fenômenos de destaque nas discussões mundiais. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura é um dos organismos internacionais que se dispõe a estudar este fenômeno e com base nesses estudos cria estratégias de combate, focalizadas nos países em desenvolvimento, onde este fenômeno é ainda mais intenso. O objetivo deste trabalho é analisar os documentos elaborados e divulgados pela Unesco, buscando compreender como a relação entre a pobreza, a exclusão social e a educação aparecem nesses documentos. A metodologia utilizada é um estudo documental com análise em abordagem qualitativa. Como resultado, conclui-se que as estratégias desenvolvidas por intelectuais ligados a organização e implantadas pelos governos dos países membros se refletem em programas de redistribuição de renda e na educação. A educação na perspectiva deste organismo é vista como um meio de combate a pobreza e a exclusão social, sendo que, ao mesmo tempo, em que é responsabilizada pela situação em que os indivíduos se encontram, também é vista como alavanca social. Nessa perspectiva, a educação é responsável também pela disseminação de valores considerados basilares por esse organismo e por princípios como o da tolerância, respeito e principalmente da solidariedade.

Palavras-chave: Exclusão social. Pobreza. Educação. Unesco.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura

CEPAL- Comissão Econômica para America Latina

BM- Banco Mundial

PNDU- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

IPH- Índice de Pobreza Humana

IDH- Índice de Desenvolvimento humano

FMI – Fundo Monetário Internacional

OIT- Organização Internacional do Trabalho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO CIÊNCIA E CULTURA: ORIGEM E ORIENTAÇÕES	13
2.1 A UNESCO E SUA ORIGEM	13
2.2 Unesco: Valores e Princípios.....	15
2.3 A Unesco e a educação.....	18
2.3.1 <i>Análise dos principais documentos referentes a educação a partir de 1990</i>	19
3 CONSTRUÍNDO UM CONSENSO: EXCLUSÃO SOCIAL, POBREZA E EDUCAÇÃO	28
3.1 EXCLUSÃO SOCIAL, POBREZA E O PAPEL DA EDUCAÇÃO	28
3.2 A Unesco no Brasil	33
4 EXCLUSÃO SOCIAL, POBREZA E EDUCAÇÃO: DESFAZENDO UM CONSENSO	38
4.1 EXCLUSÃO SOCIAL E POBREZA.....	38
4.2 A importância da educação frente aos problemas sociais.....	38
4.3 Educação emancipadora ou educação redentora?	38
CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

A Unesco é um dos organismos internacionais que exerce grande influência no campo da educação e demonstra grande interesse na contenção do fenômeno da exclusão e da pobreza, principalmente nos países em desenvolvimento. A exclusão social e a pobreza sempre estiveram presentes em nossa sociedade e afeta a todos direta ou indiretamente. O que vemos hoje é a intensificação deste fenômeno, em especial a partir da década de 1990, em consequência do sistema econômico competitivo e que acaba por excluir quem não consegue se adequar às condições impostas por ele. À medida que esses fenômenos (exclusão e pobreza) se agravam, surge a preocupação de que eles se tornem um risco para a sociedade.

Analisar o fenômeno da exclusão e da pobreza vista sob a perspectiva da Unesco, nos ajudará a compreender a relação entre estes fenômenos e a educação. Diante desse contexto questiona-se: Como a pobreza e a exclusão social são tratados por este organismo? E qual o papel da educação frente aos problemas sociais na perspectiva da Unesco?

O presente trabalho tem como objetivo uma breve análise a respeito da exclusão social, pobreza e a educação com base nas discussões realizadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) a partir da década de 1990. A educação passa a ser alvo das discussões de diversos segmentos internacionais bem como a preocupação com o aumento alarmante da exclusão social e a pobreza, principalmente nos países em desenvolvimento como o Brasil.

A metodologia empregada na elaboração deste trabalho é de caráter qualitativa, tendo em vista que essa abordagem permite uma análise mais profunda a respeito do fenômeno em questão. A pesquisa qualitativa como descreve Lakatos, *“preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano”* (2007, p. 269). Nesta perspectiva, compreender quais os pressupostos que perpassam as orientações da UNESCO, necessita que o pesquisador assuma uma postura crítica perante aos documentos consultados, resultantes das inúmeras discussões já realizadas por este organismo. Segundo Chizzotti (2006, p.01), a pesquisa é, *“uma busca sistemática e rigorosa de informações, com a finalidade de descobrir a lógica e a coerência de um conjunto, aparentemente disperso e desconexo de dados para encontrar uma resposta*

fundamentada a um problema bem delimitado”, contribuindo assim para determinada área de conhecimento, ou para a resolução de uma problemática, neste trabalho a questão da exclusão social e da pobreza.

O procedimento utilizado é a análise documental, pois como veremos no decorrer deste trabalho, a publicação de documentos é a principal estratégia utilizada pela UNESCO para difundir seus ideais. Segundo Guba e Lincoln (apud Ludke, 1986 p. 38), análise documental é uma abordagem vantajosa para a área educacional, tendo em vista que os documentos são fontes estáveis, permitindo que sejam analisados em diferentes períodos e em diferentes áreas do conhecimento. Segundo Ludke (1986, p.39), os documentos são uma fonte poderosa, onde podem ser encontradas evidências que baseiem as declarações do pesquisador. Os documentos *“não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.* Sendo assim a análise dos documentos publicados pela UNESCO nos permite uma compreensão a respeito das contradições presentes em seus discursos, bem como essas contradições revelam o objetivo dessas discussões. Foram escolhidos para estudo documentos datados a partir do ano de 1990, é importante salientar que muitos desses documentos foram encontrados na página virtual da instituição.

Em se tratando de resultados obtidos, podemos afirmar que as políticas sociais, as políticas sociais são muitas vezes com um caráter compensatório, promovida pelo Estado, orientados pelos organismos internacionais, na tentativa de “amenizar”, os problemas sociais. O Brasil é um dos países que mais desenvolvem este tipo de políticas, poderíamos exemplificar com programas como: bolsa escola, bolsa família, entre outros. Esses programas aliados a educação se tornam um dos principais meios para que se combatam esses problemas sociais. A educação passa então a ser a responsável pela situação de miséria e desigualdade no Brasil, mas também responsável por ascender os indivíduos socialmente. Tais organismos orientam suas políticas, mas tudo isto com o objetivo de “aliviar” a pobreza e a exclusão social. Suas principais estratégias consistem no apelo para a “solidariedade social”, atendimento aos excluídos através de políticas de compensação atreladas à educação, à disseminação de valores, sempre salientando a importância da participação da sociedade civil e do terceiro setor em diversas áreas sociais.

O trabalho foi dividido em três capítulos, no primeiro capítulo enfatizamos a constituição da Unesco, apontado dados que consideramos relevante para discussão, como sua origem, formas de atuação, principais orientações para a educação. No segundo capítulo, abordaremos a questão da pobreza e da exclusão social ainda sob a perspectiva deste organismo, enfatizando a relação com a educação, trazendo também questões relacionadas à realidade brasileira. No terceiro capítulo traremos as discussões realizadas por outros autores a respeito dessas questões (exclusão social, pobreza e educação), fundamentando assim nossa concepção a respeito dessas discussões.

2 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA: ORIGEM E ORIENTAÇÕES

Neste capítulo faremos um breve resgate histórico sobre as origens da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), buscando a compreensão de como e quais as razões que a tornam um organismo tão influente e presente em diversos países¹. Essa influência é irrefutável à medida que suas campanhas, ações e orientações políticas permeiam as políticas de diversos países nos setores da educação, políticas sociais, na Cultura, no Meio Ambiente e na Comunicação.

O objetivo desse capítulo é contextualizar a Unesco² em sua fundação, bem como compreender de que forma atua, dando ênfase nas suas orientações em relação à educação. É fato que cada organização é criada para um fim específico (finalidade), bem como nenhum organismo nasce de forma neutra, sendo assim ele é manifestação de uma determinada visão de mundo, portanto para que se compreenda qual a visão que permeia esse organismo, é preciso saber quais são suas concepções de sociedade e educação, bem como tais direcionamentos dados por esse organismo, se efetivam por meio de seu discurso, além de analisar as relações que este organismo estabelece com a sociedade civil, Estado e Educação.

2.1 - A Unesco e sua origem

Segundo a página oficial do Unesco Brasil, esta agência surgiu logo após a 1ª guerra mundial dentro das Organizações das Nações Unidas (ONU) a qual buscava uma forma de cooperação internacional intelectual, junto de atividades políticas dos governos. Esta idéia só se tornou concreta com a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, que se reuniu pela primeira vez em Genebra, a sede escolhida para a Unesco foi Paris, porém em 1940, em decorrência da 2ª guerra Mundial deixou de funcionar.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, foi fundada então no dia 16 de novembro de 1945, composta por 37 países que

¹A Unesco possui escritórios regionais espalhados pelo mundo.

² Usaremos a sigla Unesco quando nos referirmos a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

assinaram sua constituição que se tornou vigente quando foi ratificada por 20 outros países signatários. Ela é mantida por meio de verbas doadas pelos países participantes, além de possuir convênio com diversas Organizações Não Governamentais, espalhadas por todo o mundo, o que mostra também o enorme valor que ela atribui ao terceiro setor e outros organismos que cooperam como, por exemplo, o Banco Mundial. A Unesco promove a colaboração internacional entre seus 193 Estados Membros e seis Membros Associados nas áreas de educação como salientado pela própria organização, em sua página da web³:

UNESCO funciona como um laboratório de idéias e como uma agência de padronização para formar acordos universais nos assuntos éticos emergentes. A Organização também serve como uma agência do conhecimento - para disseminar e compartilhar informação e conhecimento - enquanto colabora com os Estados Membros na construção de suas capacidades humanas e institucionais em diversos campos. Em suma, a UNESCO promove a cooperação internacional entre seus 193 Estados Membros e seis Membros Associados nas áreas de educação, ciências, cultura e comunicação. (UNESCO, 2007).

Suas ações se mostram por meio de orientações que envolvem diversos países, podemos ver uma maior preocupação com a situação, principalmente, dos países em desenvolvimento. Esta agência trabalha também no sentido de preservação do patrimônio histórico acumulado, bem como sua valorização. A sua atuação se dá por meio de diversos Escritórios Regionais e Nacionais espalhados pelos países-membros e suas ações envolvem a participação do governo, por meio de verbas e um grande número de Instituições não-governamentais criadas ou afiliadas à ela.

É possível observar em suas ações e orientações uma mediação entre os governos e o terceiro setor, promovendo uma interação a fim de que seus objetivos sejam alcançados.

Aproximadamente 350 Organizações não-governamentais estão ligadas oficialmente a Unesco em todo o mundo, além de um número considerável de instituições que desenvolvem projetos específicos.

A Unesco enfatiza a participação de todos no “combate a pobreza”, assim como a participação da sociedade civil. Nesse sentido ela age com intuito de

³ Ver: www.unesco.org.pt

despertar a solidariedade social da comunidade a fim de que ela participe financeiramente dos projetos bem como por meio de ações voluntárias, não só na educação, mas como em outros âmbitos da vida das pessoas consideradas “vulneráveis” segundo a própria Instituição, como na cultura, lazer, saúde e profissionalização.

A mídia é um dos instrumentos utilizados pela Unesco como veículo para que ela consiga uma maior visibilidade, de forma que atinja a todas as camadas da população e, portanto, consiga uma maior mobilização de todos. Nesta perspectiva:

A UNESCO lidera os esforços globais para alcançar essas metas, mobilizando a vontade política e coordenando os esforços de todos os que se empenham na educação, inclusive parceiros no desenvolvimento, governos, organizações não-governamentais e sociedade civil. (UNESCO, 2007, p. 5)

É possível observar o apelo apresentado em seu discurso sobre a participação da sociedade civil em todos os setores, não só culturais ou sociais, mas também no que diz respeito à educação. Frequentemente esta agência reforça a importância da educação como instrumento de promoção social do indivíduo, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades. Daí a importância de que todos estejam empenhados neste setor. Os próximos tópicos tratarão especificamente de como esse forte apelo moral se dá e também buscaremos aprofundar a discussão de como a Educação é vista sob a perspectiva deste organismo.

2.2 UNESCO: VALORES E PRINCÍPIOS

O principal recurso utilizado pela UNESCO na promoção de suas idéias é o apelo moral, que atinge a consciência moral dos indivíduos, despertando-os à solidariedade e o compromisso de “ajudar” o próximo. Como pode ser observado no documento “Dos Valores proclamados aos Valores vividos”:

No entanto, esses princípios, normas e orientações dispõem de uma inegável força moral que, mesmo em situações de despotismo, desnuda a tensão entre o ser e o dever ser ou o querer ser. Tal autoridade emana do fato de que as bonitas palavras não brotaram do lirismo ingênuo, mas estão encarnadas na história, derivando do consenso pacientemente tecido por inumeráveis atores. (UNESCO, 2004, p. 07)

Este consenso defendido pela Unesco tem como base os principais valores defendidos nos documentos de organismos multilaterais, como por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). É a partir desta Declaração que os documentos elaborados por este organismo aprofundam os valores defendidos e “desse modo, influenciam decisões, modelam políticas e condicionam aspirações.” (UNESCO 2004, p. 7). Sendo assim, consegue que suas orientações permeiem as políticas de diversos países e ainda a consciência de quase toda a população mundial.

O relatório Cuéllar – Nossa diversidade criadora (1997) ressalta a importância da cultura, destacando o respeito à diversidade e a identidade dos grupos e comunidades, uma boa parte desses estão marginalizados ou vivendo na linha da pobreza. Este fortalecimento da identidade ao qual se refere o relatório, não é estimulação das individualidades como forma de segregação, mas, sim, o fortalecimento da sociedade, pautada nos princípios de tolerância, democracia e paz.

A defesa dos valores se baseia, no sentido de que ainda mais importante do que os indivíduos terem suas consideradas “necessidades básicas” atendidas, ele deve ter também esses valores presentes em sua consciência moral, pois eles são a base para o desenvolvimento de qualquer sociedade, bem como um instrumento chave para que os que não têm essas necessidades básicas (alimentação, moradia, trabalho e etc.) atendidas não tomem atitudes que atentem contra os valores éticos ou morais, ou tomem atitudes que possam de alguma maneira afetar o sistema. Nesta perspectiva, defende que:

Para viver o homem precisa da dignidade, do alimento, da habitação, do vestuário, da educação, do trabalho, do lazer e do preenchimento de um sem número de necessidades. Entretanto, não lhe adianta dispor de tudo isso e não ter o sentido da vida, definido por valores. Pior ainda é o homem viver tais carências e não contar com um conjunto coerente de valores para nortear a luta pelo que não tem, nos limites e possibilidades da ética. (UNESCO, 2004, p. 8).

A agência utiliza como alicerce de suas ações os “valores basilares”, que segundo ela, devem permear a conduta de todas as nações, e disseminados pela mídia entre outros veículos de comunicação, mas principalmente a Educação é o

veículo mais eficaz para disseminação desses valores, e, portanto ela é um instrumento poderoso para a propagação dessas idéias. Sendo assim,

Os valores basilares das Nações Unidas e as orientações das Declarações de Jomtien e Dacar apontam inicialmente para o direito efetivo à educação, com qualidade. Se esta deve satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, se deve desenvolver valores, incluindo cidadania, então a escola não é o lugar para as crianças, jovens e adultos passarem o tempo ou uma instituição que guarda menores. Ao contrário, é lugar de **competência técnica, ética e política**. Para isso, o projeto escolar deve prever não só quanto o aluno precisa aprender como também a sua formação como ser humano. (UNESCO, 2004, p.42, *grifos no original*).

Esses valores vêm sendo discutidos em conferências organizadas pelo mundo inteiro, entre os assuntos abordados estão: meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, a proteção da herança cultural e natural mundial, a rejeição do racismo e, também, principalmente, a educação em todos seus âmbitos, assunto este que daremos uma maior ênfase no decorrer do trabalho.

Os valores basilares principais são a liberdade e a igualdade de direitos e dignidades para todos os homens, independente de raça, cor, gênero, nacionalidade, língua, religião, opinião ou origens sociais, propriedade, nascimento ou outro status como assinala a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e que se enfatiza na "Declaração do Milênio". Nesse sentido,

A **Declaração do Milênio** atualiza e entrelaça os valores essenciais ao relacionamento internacional no século XXI, selecionando como fundamentos a liberdade, a igualdade, a solidariedade e a tolerância, o respeito pela natureza e responsabilidade compartilhada pelo desenvolvimento econômico e social, pela paz e pela segurança. Reiterados cada vez mais num mundo a cada dia mais interdependente, um dos efeitos positivos os da mundialização é que pode estar configurando-se um direito comum da humanidade ou direito dos direitos. (UNESCO, 2004, p. 37).

Estes valores permearão as políticas sociais desenvolvidas em diversos países, inclusive no Brasil. A educação é então um dos principais meios de promoção dos mesmos e alvo de discussão nos diversos documentos elaborados e ou divulgados pela Unesco, no próximo tópico buscaremos destacar as idéias presentes nos principais documentos, bem como tentaremos explicitar como esses valores se configuram nas orientações no âmbito educacional.

2.3 - A UNESCO E A EDUCAÇÃO

A Unesco defende a educação para todos e enfatiza a importância da educação no desenvolvimento econômico dos países, bem como nos setores culturais e sociais. Como o descrito no Artigo 9 da Declaração de Jomtien,

Acima de tudo, é necessário uma proteção especial para a educação básica nos países em processo de ajustes estruturais e que carregam o pesado fardo da dívida externa. Agora, mais do que nunca, a educação deve ser considerada uma dimensão fundamental de todo projeto social, cultural e econômico. (UNESCO, 1990).

A Declaração de Jomtien assim como outras conferências que foram realizadas no mundo, discutem a importância que a educação tem para o desenvolvimento econômico dos países. Já ocorreram diversas conferências a respeito deste tema onde os países participantes se comprometeram então e seguir alguns objetivos para melhorar a educação e cumprir metas para alcançá-los.

Os documentos importantes para a análise pretendida datam a partir da década de 90, como a Declaração Mundial sobre a Educação para todos realizada em Jomtien em 1990, o Relatório de Delors de 1996, o Fórum Mundial da Educação em Dacar 2000, entre outros documentos.

Em geral estes documentos propõem aos países a promoção de políticas educacionais que possam erradicar o analfabetismo, e *“promover políticas educacionais ligadas à eliminação da pobreza e as estratégias de desenvolvimento com a participação da sociedade civil.”* (DACAR, 2000).

É possível perceber também a enorme preocupação que a Unesco, assim como os outros organismos internacionais, demonstram em relação às pessoas em situação de vulnerabilidade. Neste caso pode-se entender que este termo aborda também as pessoas consideradas “excluídas” da sociedade, ou seja, privadas de exercer sua cidadania por falta de condições físicas, intelectuais ou sociais.

Na base desses documentos está a educação como principal instrumento para a garantia dos direitos humanos, propondo então uma educação humanitária, apelando para a consciência moral também da sociedade civil organizada. Entre os princípios e orientações da Unesco, estão a Educação como um processo formativo permanente de valores morais, culturais e sociais que permitam ao sujeito o desenvolvimento de suas potencialidades e habilidades de modo que ele possa viver

e conviver, contribuindo para o desenvolvimento de seu país. Para tanto, ela orienta o desenvolvimento de políticas educacionais que ampliem as vagas nas instituições escolares, de modo a combater o analfabetismo ou sua diminuição. É importante frisar que essa ampliação segundo a Unesco (2007), deve haver não só nos números de vagas, mas na qualidade da educação. Para que melhor se compreenda esses documentos e essas orientações, analisaremos os principais documentos de maneira cronológica podendo assim observar as rupturas e permanências, assim como a suavização do discurso em relação à educação para o trabalho, a ênfase na cultura de paz e na tolerância, o envolvimento da sociedade civil também na educação, entre outras encontradas a partir da década de 1990.

2.3.1 ANÁLISE DOS PRINCIPAIS DOCUMENTOS A RESPEITO DA EDUCAÇÃO A PARTIR DE 1990⁴

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia em 1990, reforça a educação assim como os outros documentos, como um direito universal de todos e defende a necessidade de que se discuta a educação devido ao agravamento dos problemas sociais, bem como a necessidade de se repensar a educação de modo que ela acompanhe o desenvolvimento emergente dos países, destaca o documento que:

Entendendo que a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional; (UNESCO, 1990, p. 03).

O documento salienta ainda que a educação básica deva ser expandida a todos, buscando sempre satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, como o desenvolvimento de atitudes, valores, habilidades conhecimentos e instrumentos básicos como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo e a solução de problemas. Nesta perspectiva, esse conjunto de instrumentos básicos são:

⁴ É importante ressaltar que há ainda diversos documentos que poderiam servir de análise, porém estes foram considerados mais pertinentes para a nossa discussão.

[...] necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. (UNESCO, 1990, p.4).

Para que essas necessidades possam ser desenvolvidas, a Declaração atenta ainda para a importância de a sociedade participar ativamente deste processo e também a necessidade de se preservar a herança cultura, social, ambiental, o respeito das diferenças, a paz e a solidariedade internacional. É com base nesses princípios que a Declaração defende o fortalecimento da dignidade e da identidade dos indivíduos. Neste sentido,

A educação básica é mais do que uma finalidade em si mesma. Ela é a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação. (UNESCO, 1990, p.5).

O documento ressalta ainda a importância de se melhorar qualitativamente a educação, de forma que não só se ampliem o número de vagas, mas que a escola possa cumprir seu papel, fazendo os indivíduos *“apreenderem conhecimentos úteis, habilidades de raciocínio, aptidões e valores”* (UNESCO, 1990, p.7). De acordo com o documento essas habilidades e valores é que determinarão o sucesso do indivíduo e o desenvolvimento econômico dos países, na perspectiva de que ao aprenderem esses conhecimentos úteis, poderão ter um melhor desempenho no mercado de trabalho, bem como indica que deve-se elaborar estratégias que permitam que o educando esgote suas potencialidades e para que isso ocorra, deve-se concentrar nos resultados efetivos da aprendizagem. Para tanto o documento salienta a *“necessidade de definir, nos programas educacionais, os níveis desejáveis de aquisição de conhecimentos e implementar sistemas de avaliação de desempenho”*. (UNESCO, 1990, p. 7).

A necessidade de promoção da educação é do Estado e dos municípios, porém o documento ressalta que essas instituições não necessariamente possuem todos os recursos para cumprir esse papel. Sendo assim,

As autoridades responsáveis pela educação aos níveis nacional, estadual e municipal têm a obrigação prioritária de proporcionar

educação básica para todos. Não se pode, todavia, esperar que elas supram a totalidade dos requisitos humanos, financeiros e organizacionais necessários a esta tarefa. (UNESCO, 1990, p.9).

Devido à insuficiência de recursos dos estados e municípios é preciso que se fortaleçam alianças com outros setores, administrativos, financeiros, sociais, e ainda com instituições governamentais e não-governamentais, com as instituições privadas, com a comunidade, a religião e as famílias.

A Declaração aponta ainda que para que os indivíduos se desenvolvam plenamente é preciso que se crie uma política educacional adequada e que se fortaleça políticas relacionadas à cultura e aos setores sociais e econômicos. Nesta perspectiva, *“Uma política adequada em matéria de economia, comércio, trabalho, emprego e saúde incentiva o educando e contribui para o desenvolvimento da sociedade.”* (UNESCO, 1990, p. 10). Além das políticas educacionais, a Declaração ressalta ainda a importância da cooperação Internacional, onde todos os países devem atuar em conjunto, estabelecer metas e ainda ajudar os países em desenvolvimento a alcançarem tais metas. Sobre o currículo o documento afirma que,

A relevância dos currículos pode ser incrementada vinculando-se alfabetização, habilidades matemáticas e conceitos científicos aos interesses e primeiras experiências do educando, como, por exemplo, aquelas relativas à nutrição, saúde e trabalho. (UNESCO. 1990, p.23).

Segundo o documento, o currículo necessário para que se alcancem esses objetivos devem contemplar esses aspectos, mas também deve-se considerar as necessidades locais e os interesses comuns, tudo isso deve já ser previsto na elaboração das políticas educacionais e no discurso pedagógico. O documento ainda estabelece um calendário para que se apresentem os avanços educacionais dos países, no cumprimento dessas metas para a expansão do ensino básico.

É possível observar a forte relação que este documento apresenta entre a educação e o desenvolvimento econômico dos países, ou melhor, dizendo a educação voltada para o trabalho, este discurso se apresenta de maneira bem mais sutil nos outros documentos analisados, como será possível observar, porém ele continua presente só que atrelado, também, a outras competências, não só técnica, mas também a humana.

Outro documento importante ainda da década de 90 é o **Relatório Delors, Educação um tesouro a descobrir (1996)** este documento atenta para as mudanças que estão ocorrendo em todo o mundo e ressalta a importância de uma educação que forneça subsídios para que todos os indivíduos possam acompanhar estas transformações, bem como o papel da escola de “filtrar” com ética, visando à formação moral, a grande gama de informações que os alunos têm acesso por meio dos mais variados veículos de comunicação, e também a própria escola deve atualizar-se em seus métodos de “transmissão” de conhecimentos. Nessa perspectiva:

Para fazer face a essas mudanças a escola não pode se prender na missão tradicional de transmitir conhecimentos. Cabe-lhe preocupar-se com a ética e a formação moral, bem como a triagem da massa de informações, para melhor organizá-las e interpretá-las. (UNESCO, 2004, p. 38).

O Relatório define ainda 4 pilares indispensáveis para o conhecimento: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. O **Aprender a conhecer**, refere-se à capacidade do aluno de não só adquirir, assimilar os conteúdos transmitidos pela escola, mas sim dominar os instrumentos, os meios para que se chegue ao conhecimento, indicando que:

Este tipo de aprendizagem que visa não tanto à aquisição de um repertório de saberes codificados, mas antes o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento pode ser considerado, simultaneamente, como um meio e como uma finalidade da vida humana. (DELORS, 1996, p. 90).

Aprender a conhecer supõe então que o aluno não apenas domine os conteúdos básicos presentes no currículo, mas que ele possa aprender a aprender, ou seja, que ele seja capaz de construir conhecimentos além dos fornecidos pela escola e que ele possa utilizá-los efetivamente em seu cotidiano.

O segundo pilar **Aprender a fazer**, diz respeito à preparação do aluno para que ele possa e saiba colocar em prática os conhecimentos adquiridos durante sua educação escolar, aplicando-os na vida e principalmente no mercado de trabalho. Uma vez que: *“Aprender a conhecer e aprender a fazer são, em larga medida, indissociáveis. Mas a segunda aprendizagem está estreitamente ligada à questão da formação profissional”*. (DELORS, 1996, p. 93). Este pilar está intrinsecamente

ligado ao ensino profissionalizante, pois pressupõe a qualificação e o desenvolvimento de competências dos indivíduos de modo que eles possam ingressar no mercado de trabalho.

O terceiro pilar apresentado pelo documento é **Aprender a viver juntos**, no sentido de que é papel da escola ensinar aos alunos a romper com os preconceitos e conflitos, fortalecer o respeito das diferenças e as diversas culturas existentes bem como a cultura da não-violência. Outro fato importante é a necessidade de mediação entre os diferentes grupos, de forma que eles possam conviver, amenizando a competitividade e o individualismo ao quais os sujeitos estão condicionados devido às características do próprio sistema capitalista. Assim,

A tarefa é árdua porque, muito naturalmente, os seres humanos têm tendência a supervalorizar as suas qualidades e as do grupo a que pertencem, e alimentar preconceitos desfavoráveis em relação aos outros. Por outro lado, o clima geral de concorrência que caracteriza, atualmente, a atividade econômica no interior de cada país, e, sobretudo em nível internacional, tem tendência a dar prioridades ao espírito de competição e ao sucesso individual. (DELORS, 1996, p. 97).

Este pilar seria uma forma de amenizar as conseqüências do individualismo, bem como disseminar princípios como a tolerância, o respeito ao outro ser diferente, ou ao outro não possuir competências necessárias, é disseminada a idéia de solidariedade social.

O último pilar, **aprender a ser** ressalta a importância de se desenvolver integralmente o aluno, sua personalidade, autonomia e responsabilidade pessoal. Nesse sentido,

Todo o ser humano deve ser preparado, especialmente graças à educação que recebe a juventude, para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida. (DELORS, 1996, p. 99).

O relatório defende ainda a educação como um processo contínuo que deve ocorrer “ao longo de toda a vida” do indivíduo, de forma que ele não só se adapte as exigências do mundo moderno, mas também que ele possa obter também uma realização pessoal. Para que a educação ao longo da vida seja um ideal possível, o Relatório defende a necessidade de uma educação democrática, que atenda a todas as diferentes formas de ensino e de aprendizagem que a sociedade exige, bem

como a valorização dos espaços complementares de educação. Outro ponto destacado pelo Relatório se dá sobre a necessidade de aperfeiçoamento profissional, exigência da ordem econômica:

Em primeiro lugar, como dissemos, o progresso científico e tecnológico e a transformação dos processos de produção resultante da busca de uma maior competitividade fazem com que os saberes e as competências adquiridos, na formação inicial, tornem-se, rapidamente obsoletos e exijam desenvolvimento da formação profissional permanente. (DELORS, 1996, p.104).

É preciso então que os indivíduos se dotem das competências necessárias de modo que eles possam acompanhar o avanço tecnológico, podendo, assim, acompanhar o nível exigido pelo mercado de trabalho bem como se manter competitivo e apto para o mesmo. A educação permanente é então uma forma de garantir o equilíbrio entre o aprendizado e o trabalho, permitindo que o sujeito exerça sua cidadania e se integre a sociedade. Neste sentido,

Se soubermos ter em conta as desigualdades e se nos empenharmos em corrigi-las, através de medidas enérgicas, a educação ao longo de toda a vida poderá dar novas oportunidades aos que não puderam, por razões várias, ter uma escolaridade completa ou que abandonaram o sistema educativo em situação de insucesso. (DELORS, 1996, p.106).

Nesta perspectiva a educação permanente é um meio de que se corrijam algumas falhas sociais, propiciando aos que foram “desprivilegiados” durante o processo, a oportunidade de desenvolvimento pessoal ao longo de sua vida, diminuindo, assim, as desigualdades educativas, reforçando a escolarização das populações mais desfavorecidas através da educação não-formal, missões de alfabetização, programas de educação popular entre outras estratégias traçadas junto aos governos.

O relatório Delors, “Educação um tesouro a descobrir”, deixa em evidência a idéia de educação no sentido da teoria do capital humano⁵ e alavanca para o desenvolvimento individual e para o progresso das nações. Portanto,

⁵ A educação seria responsável por garantir a empregabilidade dos indivíduos.

Ante os múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social. Ao terminar os seus trabalhos a Comissão faz, pois, questão de afirmar a sua fé no papel essencial da educação no desenvolvimento contínuo, tanto das pessoas como das sociedades. Não como um “remédio milagroso”, não como um “abre-te sésamo” de um mundo que atingiu a realização de todos os ideais, mas, entre outros caminhos e para além deles, como uma via que conduza a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras [...] (DELORS, 1996, p.11).

O discurso feito pela Comissão deixa evidente o atrelamento da Educação e o desenvolvimento. Outro ponto marcante neste discurso se dá ao saudosismo perante aos “avanços” conseguidos pelos países, como se esses avanços fossem ideais, sendo preciso assim, apenas estimular a cultura de paz, a tolerância, o respeito, a consciência ambiental entre outros pontos muito enfatizados pela UNESCO em seus outros documentos já citados neste trabalho.

O Relatório Delors ressalta ainda o papel da Unesco como propagadora de idéias, dando a ela um caráter social, em prol de um mundo melhor, se pautando sempre nos valores morais. Neste sentido,

(...) o papel central da UNESCO na linha das idéias que presidiram a sua fundação e que se assentam na esperança de um mundo melhor, em que se respeitem os Direitos do Homem, se pratique a compreensão mútua, em que os progressos do conhecimento sirvam de instrumentos, não de distinção, mas de promoção do gênero humano. (DELORS, 1996, p.12).

O Relatório, ao discutir a exclusão social, o desemprego entre outros problemas sociais e os desastres ambientais, efeito do uso desenfreado dos meios naturais, os mostra como um processo inerente ao sistema, e ao desenvolvimento dos países, porém *“não conseguiu, ainda, os meios para se solucionar estes problemas apesar de numerosas reuniões internas, como a do Rio de Janeiro, apesar das sérias advertências surgidas na seqüência de fenômenos naturais ou de acidentes tecnológicos.”* (DELORS, 1996 p.13). Ela enfatiza ainda que apesar desses problemas sociais os países não devem negligenciar os motores que a Unesco define clássico. Neste sentido,

Tal constatação, porém, não se deve levar os países em desenvolvimento a negligenciar os motores clássicos de crescimento, em particular, o indispensável ingresso no universo da ciência e da cultura e da adaptação de culturas a modernização de mentalidades. (DELORS, 1996, p.13).

Esta modernização de mentalidades pressupõe a adequação dos indivíduos de forma que eles possam não só aceitar o sistema, mas também possam viver em prol dele. O relatório de Delors defende e enfatiza a educação ao longo da vida, assim como a necessidade de disseminar valores por meio da educação, além de outros pontos apontados acima. Já na conferência de Dacar (**Educação para todos: o compromisso de Dakar**), realizada em abril de 2000, são estabelecidas algumas metas para a Educação, como exemplo:

Expandir e melhorar a educação infantil especialmente para crianças mais vulneráveis e socialmente desprivilegiadas. "Por isso recomenda-se parcerias entre os governos, ONGs, comunidades e famílias e atenção a educação dos pais e de outras pessoas que cuidam de crianças." (DACAR, 2000, p. 26).

Então podemos assim dizer que uma das estratégias adotadas pela Unesco é o fortalecimento de outras redes que não sejam necessariamente o Estado, ou políticas públicas, mas uma maior participação de toda a comunidade. Continuando, a conferência de Dacar (2000) define como ações necessárias: "Promover as políticas de educação para todos no contexto setorial, claramente ligada à eliminação da pobreza e as estratégias de desenvolvimento educacional." (p. 26).

O valor agregado a educação como forma de combate à pobreza é explicitado nos documentos redigidos por esse organismo, bem como a importância de estar envolvida neste processo a sociedade civil, que os estados se comprometam em alcançar as metas estabelecidas, e, que, portanto, crie mecanismos que permitam que os valores pregados pela UNESCO permeiem as políticas educacionais, envolvendo a sociedade civil na formulação, implementação e acompanhamento das estratégias de desenvolvimento educacional.

A educação vista nesta perspectiva é apresentada como um instrumento para que se superem minimamente as condições de exclusão social e pobreza. A educação então é vista como um processo permanente não só responsável pela transmissão de conhecimentos, mas, também de desenvolver uma consciência humanista nos indivíduos, uma cultura pautada nos princípios da solidariedade e

tolerância, respeito ao outro, não de forma a provocar uma mudança social, mas ao contrário, nesta perspectiva ela funciona como mantenedora da ordem social, instrumento de ascensão social de poucos e disseminadora de idéias, consensos e de valores morais.

Este capítulo apresentou brevemente as discussões relevantes para que se compreenda qual a concepção de educação é difundida pela Unesco e como esta agência age não só nos setores sociais, culturais e ambientais, mas principalmente a importância que ela atribui à educação.

3 CONSTRUINDO UM CONSENSO: EXCLUSÃO SOCIAL, POBREZA E EDUCAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA UNESCO

A exclusão social e a pobreza vêm se destacando no cenário mundial devido sua intensificação alarmante que ocorreu a partir da década de 90, como é possível observar por meio das diversas discussões que surgiram sobre este fenômeno, conseqüência que podemos atribuir também ao sistema econômico capitalista como veremos no decorrer deste trabalho. O sistema capitalista não só interfere na economia, mas possui interferência direta em todos os setores da sociedade, bem como acaba por definir sua organização, e molda as relações sociais. O objetivo deste capítulo é tentar compreender como a Unesco discute a questão da exclusão social e a pobreza e qual a relação com a educação, bem como as alternativas para que se diminuam essas condições.

3.1 EXCLUSÃO SOCIAL, POBREZA E O PAPEL DA EDUCAÇÃO

Em 1995 em Copenhague na Dinamarca, durante a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, foi inaugurado na tentativa de mostrar o drástico aumento da pobreza mundial o Relógio da Pobreza, de acordo com este relógio, a cada ano o aumento de pessoas em situação de pobreza aumentava em 25 milhões. Na América Latina entre o ano de 1980 e 1999 o número de pessoas aumentou de 63 para 130 milhões. Segundo dados da Unesco (2001), além da intensificação dos problemas sociais, mudaram-se as condições que se referem às propostas de soluções. Sendo assim,

[...] não só se intensificou o quadro da pobreza no mundo como também mudaram as condições objetivas que sustentavam diversas propostas de solução. A enorme crença numa ordem social alternativa que igualasse os homens e suas posses, permitindo à humanidade passar do estágio da necessidade ao império da liberdade, ruiu juntamente com o Muro de Berlim. (UNESCO, 2001, p. 29).

Nesta perspectiva para que se superem os problemas sociais é preciso que se pense novas formas de solução e não uma mudança efetiva no sistema econômico atual. Outro aspecto apontado pelo organismo diz respeito às transformações ocorridas na economia capitalista que repercutiram no mundo do

trabalho, o que ocasionou uma crise progressiva e a desestruturação dos mecanismos de preservação social. Nesse sentido,

As primeiras transformações referem-se a uma dupla dissociação: ruptura da relação entre produção e emprego e a ruptura da relação emprego e renda, provocadas por grandes mudanças no campo da ciência e da tecnologia, permitindo e favorecendo uma alta produtividade, que por sua vez acirrou a competitividade entre as nações e acelerou o processo de globalização das relações econômicas. A consequência desse fenômeno, que vive a sua plenitude, tem sido a redução da necessidade do trabalho, fazendo surgir, entre outros efeitos, um novo segmento social- o dos “novos pobres”, antes inseridos no mercado de trabalho, o que significa que a exclusão não mais se limita aos grupos fragilizados em geral (incapazes, idosos etc); começa a atingir também setores antes considerados estáveis. (UNESCO, 2001, p. 26).

As novas configurações relacionadas à economia, a globalização, o avanço tecnológico faz com que surja uma nova categoria social: os que estão excluídos do mercado de trabalho, essa nova categoria é definida pela Unesco como “novos pobres”, portanto a exclusão social toma uma dimensão mais ampla, se expandindo para novos grupos sociais.

Além do problema do desemprego estrutural e da nova configuração da exclusão social, que se expande para outros setores da sociedade como visto na citação acima, ela aponta ainda que esta redução dos postos de trabalho ocasiona a *“redução das contribuições dos trabalhadores ao sistema de previdência social, configurando-se um novo quadro onde, por um lado destaca-se o progresso tecnológico e, por outro, assiste-se ao declínio da Justiça Social”* (UNESCO, 2001, p. 30). Com a configuração desta nova realidade apenas o atendimento dos desempregados e a assistência aos *“fragilizados”* é insuficiente. As outras dificuldades apontadas pela Unesco derivam da dificuldade *“dos sistemas burocratizados de proteção social em se adaptarem às novas realidades”* (UNESCO, 2001, p. 30), sendo assim os obstáculos são tanto de natureza econômica quanto política. Outro componente político se destaca então, é o envolvimento da sociedade civil e das organizações não-governamentais que se ampliam de forma considerável. A Unesco atribui esta ampliação a crescente aspiração *“por uma vida mais digna e pela inserção nos progressos civilizatórios caminhando pari passu com os entraves e dificuldades para o atendimento dessas aspirações”* (UNESCO, 2001, p.31), a defasagem entre o que se aspira e as barreiras para que se alcance esses objetivos

é o que amplia de forma considerável a insatisfação coletiva, dando cada vez mais força política à sociedade civil e ao terceiro setor. Sendo assim,

Na medida em que a elevação da produtividade favorecida pela alta velocidade dos avanços científicos e tecnológicos, aliada a um processo de globalização e concorrência desenfreada e, por vezes, sem ética, limita a necessidade de trabalho, a exclusão se amplia e se torna o fator mais incisivo da crise do mundo globalizado. Nunca foi tão urgente uma nova ética para se presidir e governar o desenvolvimento. (UNESCO, 2001, p.31).

É com base nessas discussões que a Unesco (2001) aponta a necessidade de que se estructurem propostas que através de “*transferência monetária*” que dêem à garantia de renda mínima ou o direito a cidadania como o básico para a “*existência e subsistência dignas*” dessas famílias. As questões referentes à renda mínima instigam muitas discussões a respeito da sua eficácia, nesta perspectiva,

Efetivamente, as demandas por uma estratégia de transferência monetária direta como um mecanismo moderno de combate às desigualdades e à exclusão, como forma substitutiva das estruturas de proteção e seguridade social, se originam e se fundamentam tanto no epicentro das propostas neoliberais [Frederich Hayek e Milton Friedman] quanto nas discussões da esquerda sobre a crise da sociedade do trabalho (podem se mencionar, neste campo, as figuras de André Gorz e Van Prajjs, dentre outros). (UNESCO, 2001, p.33).

Sendo assim, a constituição e a consolidação de propostas referentes à renda mínima estão presentes no mundo todo, e, segundo a Unesco, é consenso entre a maioria dos partidos políticos e dos legisladores e dirigentes políticos como uma forma eficiente de combate a pobreza e à exclusão.

Tudo indica, no entanto, que, como a questão da pobreza esteja em franca evolução política, existem possibilidades concretas de alternativas de renda mínima, como a bolsa-escola, virem a se constituir em plataformas obrigatórias dos programas dos partidos políticos de governo e da sociedade civil em geral. (UNESCO, 2001, p. 34).

O que se questiona então, referindo-se a realidade brasileira, é a capacidade dos poderes públicos com a crise financeira e a própria estrutura em implantar e

manter esses programas de renda mínima de forma a superar o problema da pobreza estrutural. Por outro lado,

[...] se como política distributiva de enfrentamento da pobreza e das mazelas dos mercados surge um conjunto de dúvidas e questionamentos de diversos setores, como experiências de renda mínima associadas à educação, tipo bolsa-escola, existe uma série de evidências francamente favoráveis. Apesar das críticas às limitações distributivas dos programas bolsa-escola, sobretudo por focalizar somente aquelas famílias pobres ou miseráveis com filhos em idade escolar, diversos trabalhos e estudos, nos permitem sustentar a eficácia social dos programas de renda mínima associados à educação. (UNESCO. 2001, p.35).

A Unesco (2001) não só atenta para a eficácia em que se associe a educação a políticas públicas de combate aos problemas sociais, mas também visa à educação como instrumento social para que os indivíduos possam superar sua situação de vulnerabilidade social, assim, aliada a medidas assistencialistas (bolsa escola, bolsa família) os indivíduos possam desenvolver sua cidadania, bem como melhorar sua renda tendo acesso assim a diversos bens e também possa exercer uma maior participação no mercado de trabalho. Sendo assim,

As idéias e propostas diretoras constantes nos textos referidos, entre elas a necessidade de uma nova visão para educação superior, a bolsa-escola como instrumento de universalização da cidadania, a formação de uma sociedade leitora, a abertura de escola nos fins de semana e a questão do trabalho na educação da juventude, situam-se no âmbito do mandato da UNESCO e traduzem a esperança da Organização, como agência especializada das Nações Unidas, de construção em parceria de um novo século pautado em valores de justiça e equidade social. (UNESCO, 2001 p. 5).

O importante então é a “*sensibilização dos países*” mais ricos devido à função que eles exercem como liderança mundial para que eles possam encontrar alternativas de desenvolvimento que “*proporcionem a todos um patamar mínimo de atendimento às necessidades básicas da pessoa humana*”. (UNESCO, 2004, p. 23), frisando o conceito de necessidades básicas e não mínimas, como deixa claro a UNESCO⁶.

De acordo com a Unesco (2004) em relação a países como o Brasil, é necessária a adoção de políticas “redistributivas” que priorizem a redução dos

⁶ Ver: A Unesco e o compromisso com o desenvolvimento e o combate a pobreza apud in Pobreza e desigualdade no Brasil; Traçando caminhos para uma inclusão social (2004).

problemas sociais como a desigualdade social e a pobreza e a exclusão social. Nesta perspectiva,

A desigualdade na distribuição da renda tem sido, historicamente, um dos grandes entraves ao combate à exclusão. Essa estratégia, insistem esses autores⁷, deve combinar políticas redistributivas estruturais- a partir da redistribuição de ativos, em particular: aceleração da educação, reforma agrária e acesso a crédito-, que têm impacto de médio e longo prazos, com políticas redistributivas compensatórias- como programas de renda mínima- que corrigem, temporariamente, as desigualdades a *posteriori* com impacto de curto prazo. Os programas de renda mínima são um bom exemplo, sobretudo quando associados à educação e a outros componentes do desenvolvimento humano. (UNESCO, 2004, p. 23).

Sendo assim, o que seria necessário, na perspectiva UNESCO para a realidade brasileira a fim de diminuir os problemas sociais, seria a aplicação de políticas sociais de caráter compensatório, bem como políticas que assegurem a renda mínima para as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, aliadas a outras áreas do desenvolvimento humano em especial a educação.

No campo relacionado à educação como já visto no decorrer do trabalho, a agência mobiliza os governos e a sociedade em geral para que ajude a melhorar e a garantir o acesso às populações de baixa renda a educação básica e responsabiliza a educação pela situação brasileira. Nesta perspectiva,

Entre as diversas dimensões de inclusão dos pobres, assegurando igualdade de oportunidades e condições mínimas de cidadania, sabemos com certeza que a educação é a principal explicação da desigualdade e, portanto, da pobreza. (UNESCO, 2004, p.66).

A enorme discrepância entre os níveis de escolaridade no Brasil segundo a Unesco se revela a principal fonte de desigualdade salarial, neste sentido, “o mercado de trabalho brasileiro não é, de forma preponderante, gerador de desigualdade, mas apenas revela uma desigualdade anterior, a desigualdade educacional” (UNESCO, 2004, p.67), ela aponta ainda que o nível de experiência internacional é muito baixo.

Em relação à escolaridade brasileira segundo dados da Unesco (2004), o nível médio de escolaridade é de 6 anos, significando então que um adulto ingressa

⁷ Os autores aos quais a Unesco se refere são Barros e, Henriques e Mendonça (2000).

no mercado de trabalho com a mesma escolaridade de uma criança com 13 anos de idade que não apresenta nenhuma dificuldade durante o período escolar. Quanto à escolaridade dos “pobres” a média é ainda menor, de apenas 3 anos de estudo, em relação à escolaridade dos 25% mais ricos, a média é superior a 10 anos de estudo. Portanto, *“é evidente que com essa heterogeneidade na escolaridade formal não há qualquer possibilidade de igualdade de oportunidade entre os brasileiros.”* (UNESCO, 2004, p.67).

Assim, para esta agência a educação deve ser parte fundamental na estratégia para o combate da desigualdade e da pobreza. Portanto:

Do ponto de vista estrutural, é fundamental reconhecer a desigualdade como principal fator de explicação do excessivo nível de pobreza do país. É preciso conceber programas de natureza compensatória, com prioridade aos mais pobres, para enfrentar o horizonte de curto prazo e programas redistributivos estruturais, direcionados sobretudo para uma intensa redistribuição de renda e de riqueza, acesso a crédito e educação universal de qualidade - pilares de uma política estrutural de erradicação da pobreza a partir da redução da desigualdade. (UNESCO, 2004, p.68).

Neste sentido, a pobreza é consequência da desigualdade social e da má distribuição de renda no Brasil. A mudança nesse quadro se daria pela redistribuição de renda que, conforme entendimento da agência, deve se dar por meio de políticas compensatórias, bem como por meio de uma educação de qualidade, qualidade também entendida de acordo com seus parâmetros.

3.2 A UNESCO NO BRASIL

O Brasil está entre os países que deram apoio à Unesco desde sua criação, desde então a Unesco vem acompanhando o Brasil em seus avanços e retrocessos durante esses 64 anos. Como podemos observar sua relação com o Brasil não é recente, e suas orientações e discussões sempre estiveram presentes em nossas políticas. Sendo assim,

Pode-se mesmo afirmar que, em sua área de mandato, a UNESCO acompanhou o esforço do país em superar situações críticas e emergir para o estágio de país em franco desenvolvimento e cada vez mais presente no cenário internacional. (UNESCO, 2006, p.5)

A situação crítica ao que se refere o documento, pode-se dar devido à situação de desigualdades e exclusão social e a má qualidade atribuída à educação que sempre manteve o país em uma situação frágil em relação a outros países, segundo Relatório de Monitoramento de Educação para Todos (2010) o Brasil ocupa a 88ª posição entre os 128 países. O objetivo é o monitoramento dos 160 países que assinaram em 2000 em Dacar um compromisso com que previa o cumprimento de algumas metas entre elas a universalização do ensino fundamental, a redução da taxa de analfabetismo e a melhoria da qualidade do ensino. Como apontado pelo site⁸ da Unesco Brasil:

Relatório de 2010, intitulado Alcançando os Marginalizados (título provisório em português), apresenta e analisa alguns dos mais expressivos avanços obtidos no campo da educação ao longo da última década, mas adverte que apesar desses progressos, a comunidade internacional não está próxima de alcançar o objetivo de universalização do ensino fundamental até 2015. Como possíveis causas, o estudo destaca a incapacidade dos governos de combater as desigualdades extremas existentes em âmbito nacional, bem como a dos doadores de conseguir mobilizar o volume de recursos necessários. (UNESCO, 2010).

Ao analisar o cumprimento das principais metas estabelecidas pela Unesco, é possível observar que o Brasil apesar de ter um bom desempenho estatístico ao que se refere à alfabetização, ao acesso ao ensino fundamental e igualdade de gênero, há um baixo desempenho na análise do percentual de alunos que conseguem passar do 5º ano do ensino fundamental. Segundo o mesmo relatório, o Brasil possui uma alta taxa de repetência e o índice dos alunos que completam o ciclo de Educação Básica é baixo comparado à outros países. Na região da América Latina e Caribe, a taxa de repetência média para todas as séries do ensino fundamental é de 4,4%. Mas no Brasil, o índice é de 18,7% - o maior de todos da região. O programa Brasil Alfabetizado, Bolsa Família, Fome Zero e as mudanças na política de financiamento são destaques entre as medidas adotadas pelo Brasil com o intuito de diminuir este número, aparece como destaque no relatório.

Enfatiza o documento que é preciso que se invista na educação. Para tanto a Unesco sugere que se repense a educação e que se invista no ensino superior, em políticas públicas de assistência, a questão do trabalho, com o intuito de formar uma sociedade leitora pautada nos valores de justiça e equidade, esses fortemente

⁸ Ver em <http://www.unesco.org/pt/brasil> Acesso em 10/04/2010.

presentes nos discursos da Unesco, como é possível observar no transcórre deste trabalho.

As áreas apontadas acima vêm sendo discutidas por esse organismo em conjunto com os líderes dos diversos países que fazem parte da organização, bem como membros da sociedade civil, “*com o objetivo de construir consensos e ampliar espaços institucionais sensíveis a uma série de mudanças que se tornaram imprescindíveis no contexto de uma luta universal pela cidadania*”. (UNESCO, 2001, p.9). A Unesco aponta ainda, que essas mudanças, muitas vezes, não ocorrem imediatamente, isso devido aos obstáculos e peculiaridades de cada país, mas, por isso não se pode perder de vista que esta “conquista social” pode demorar um pouco para que atinja sua perfeição. A Unesco aponta alguns fatores para essa demora na mudança da questão social, bem como a importância da educação em relação aos problemas sociais.

Assim sendo, nunca se pode perder de vista o fato de que uma conquista social poderá demorar anos e até décadas para atingir sua plenitude. As resistências às mudanças sociais são inúmeras e, além dos obstáculos econômicos que quase sempre se fazem presentes, há também os de natureza cultural que requerem uma nova formatação de mentalidades que só pode ser conseguida por intermédio da educação continuada caminhando **pari passu** com o avanço da legislação social. (UNESCO, 2001, p. 9).

Ou seja, além de que a educação seja responsável para que se superem os problemas sociais e ajude na formação de novas mentalidades, é preciso também que ela seja atrelada à políticas governamentais. A Unesco frisa que sua atuação é limitada à medida que sua “*arma principal se situa no campo das idéias e do permanente diálogo com os governos e a sociedade civil*” (UNESCO, 2001, p. 9), sendo assim, cabe a cada país definir quais serão as medidas adotadas. Ainda ao se referir a questão social, ela enfatiza que devido a sua “*missão*” de desenvolver ações junto com a sociedade civil, seja através de intercâmbios, cooperação técnica, apoio e incentivo a projetos no setor público ou privado, ou das organizações não governamentais supõe que ela “*esteja constantemente atenta as mínimas vibrações sociais que ocorrem no planeta e que podem afetar ou agravar o desenvolvimento humano como um todo*” (UNESCO, 2001, p.10). E é então por meio das diversas conferências e relatórios que ela estuda os problemas sociais que ela considera relevantes, em um processo permanente de reflexões junto com os especialistas e um moderno sistema de informação. Sendo assim,

[...] a UNESCO ao perceber o impacto das transformações científico-tecnológicas e socioeconômicas que começaram a se intensificar nas últimas décadas, principalmente depois de 1989 com a desestruturação da experiência socialista dos países do bloco soviético, desencadeia na década de 1990 uma série de debates, estudos e reflexões com o propósito de subsidiar os Estados membros em direção a algumas mudanças que estavam se tornando irreversíveis. (UNESCO, 2001, p.8)

Com o processo de globalização das redes econômicas e as mudanças no modelo de produção acelerados, essas transformações acabam sendo objetos de discussão. Portanto,

Foi nesse contexto que, conforme já dissemos, a UNESCO daria início a uma série de diagnósticos e reflexões com o objetivo de encontrar alternativas e saídas plausíveis para a redução desses paradoxos, pois sendo uma organização intelectual em sentido lato, a UNESCO sempre depositou uma enorme crença no poder da educação, da ciência e da cultura, como instrumentos insubstituíveis para a redução das desigualdades sociais e o desenvolvimento da cultura de paz (UNESCO, 2001, p.11).

Esta agência enfatiza o papel do conhecimento como um meio eficaz para viabilizar a compreensão entre as diferentes culturas e civilizações. A Declaração Mundial sobre o Ensino Superior para o Século XXI⁹, realizada em 9 de outubro de 1998 em Paris, expressa a preocupação do organismo em que se forme ainda na Universidade, indivíduos conscientes dessas novas “incertezas” e “indecisões” que estão presentes na nossa sociedade atual. Sendo assim,

A Declaração de Paris já em seu preâmbulo reconhece a importância do ensino superior para o desenvolvimento socioeconômico e cultural e para a construção do futuro. As novas gerações deverão estar preparadas com novas habilitações, conhecimentos e ideais. Sem dúvida, o século XXI, quando nele estarão atuando os jovens que hoje freqüentam a universidade, exigirá uma nova competência constantemente reciclada por atitudes cidadãs. A nova era mundial que está surgindo começa a exigir não somente a ampliação do campo cognitivo com mais conhecimentos, como também idealismo e solidariedade. (UNESCO, 2001, p.14).

Ressalta o documento a importância de que além das competências e do desenvolvimento cognitivo, é preciso também que se destaque ainda na formação

⁹ Ver em: WERTHEIN, Jorge. **Políticas de educação: idéias e ações**. Cadernos UNESCO, 2001.

valores como o da cidadania e da solidariedade. Este documento aponta ainda outros aspectos relacionados ao ensino superior, como a responsabilidade de se formar cidadãos responsáveis que possam consolidar os valores da sociedade baseando-se na cidadania democrática, a importância que se forme pessoas qualificadas, o que segundo o documento, se torna imprescindível na sociedade atual que é marcada pela competitividade, que se estimule a realização de pesquisas na universidade, deve-se também “*ampliar suas funções críticas e utilizar sua capacidade intelectual em defesa dos valores aceitos universalmente, entre eles, a paz, a justiça, a liberdade, a igualdade e a solidariedade.* (UNESCO, 2001, p.15, grifos no original). O documento ressalta também a importância da formação ética humanística. Neste sentido,

[...] à universidade tem a missão de preparar uma nova geração de jovens solidários e sensíveis ao desenvolvimento de uma cultura de paz. São esses que na vida prática poderão ajudar a construção de cenários presididos por valores éticos e orientados para a busca da equidade e da justiça social, condições fundamentais para não se repetir no século XXI algumas atrocidades que macularam o século XX. São esses jovens também- os que optarem pela carreira docente- que terão a difícil missão de transformar as escolas de educação básica em agências de cidadania, desencadeando na base de um amplo movimento de educação para a solidariedade. (UNESCO, 2001, p.15).

Sendo assim, a Unesco atribui importância fundamental ao ensino superior, no intuito de que, esses profissionais serão os profissionais responsáveis de disseminar e perpetuar os valores tão pregados pelo organismo, podendo assim alcançar um consenso mundial a respeito dos mesmos.

Esse capítulo abordou o tema da exclusão social e da pobreza na perspectiva da Unesco, onde a educação exerce papel fundamental para a “*superação*” dos *problemas sociais*. A educação é ao mesmo tempo responsável pela situação da desigualdade, pobreza e exclusão no Brasil e também um instrumento para que se superem as mesmas. Então para que se melhore a educação, destaca a Unesco que é preciso investir, como visto no decorrer do trabalho, em todos os níveis, mas principalmente na educação básica permitindo que as populações mais pobres tenham acesso à escola, bem como a programas de renda mínima e políticas compensatórias.

4 EXCLUSÃO SOCIAL, POBREZA E EDUCAÇÃO: DESFAZENDO CONSENSOS

Neste capítulo abordaremos algumas discussões realizadas por outros autores a respeito do fenômeno da exclusão social e da pobreza. A exclusão social e a pobreza vista pela perspectiva da UNESCO como vimos até agora se configura no não atendimento das necessidades consideradas básicas, na desigualdade social na má distribuição de renda e no desemprego. O papel da educação na perspectiva da UNESCO seria, então, a adequação dos indivíduos à sociedade, bem como uma educação pautada em valores morais, isso aliado a programas de renda mínima permitiriam o combate da pobreza e da exclusão social. Neste capítulo apresentaremos novos elementos, que ajude a compreender estes fenômenos em sua complexidade, bem como a relação entre esses fenômenos e a educação, procurando uma análise crítica a respeito do tema.

4.1 Exclusão social e pobreza

São cada vez mais comuns as discussões a respeito da exclusão social e de suas conseqüências para o desenvolvimento do país, bem como as formas de contenção deste fenômeno. Mas o que é a exclusão social? Segundo Martins a exclusão social não é um fenômeno novo,

A novidade da chamada exclusão social é a sua velhice renovada. O que deve preocupar é que ocorra nos dias de hoje, nos tempos da sociedade moderna, na sociedade da igualdade social e da contratualidade, na era da globalização econômica. E, portanto, na era das anunciadas oportunidades igualitárias e democráticas de inserção social e de participação política. (2003, p.14).

A exclusão social ganhou destaque devido às transformações sociais e seu agravamento alarmante a partir da década de 1990. Martins afirma ainda, que a exclusão social é uma marca das sociedades estamentais. A sociedade de classes por outro lado é teoricamente uma sociedade mais flexível devido aos mecanismos de mobilidade social e à possibilidade de ascensão social. No século XVIII como analisa o autor, era comum que um nobre pobre recebesse esmolas muito maiores do que os que não possuíam nobreza, o que apenas expressa a consciência social

da época, onde se reconhecia as “*necessidades diferenciais*” entre pobres por meio de sua origem. Segundo Martins,

A exclusão se dava aí: excluídos eram aqueles aos quais, pelo berço em que nasceram, não se reconhecia o direito ao respeito, á dignidade, ao decoro, ao tratamento digno próprio das pessoas de condição, como se dizia. A pobreza não suprimia o direito de trato e tratamento em relação àqueles que o tivessem por origem social. A pobreza colonial era em tudo diversa da que conhecemos hoje, pois se baseava em efetivos critérios de exclusão social. Pessoas que fazia trabalho mecânico, como se dizia, estavam impedidas de ocupar cargos públicos, nas câmeras, estamentalmente interdadas, e isso nada tinha a ver com riqueza ou pobreza. Tinha a ver com a condição social. (MARTINS, 2003, p.15).

Apesar do fenômeno exclusão não ser novo, ele vem se configurando de outra forma, isso devido às novas relações sociais que são estabelecidas. O desafio esta em compreender que as formas de diferenciação que sempre estiveram presentes na sociedade contemporânea “*deram lugar ao que, de modo geralmente impreciso, vem se chamando de exclusão social*”. (MARTINS, 2003, p.16).

É importante ressaltar que a pobreza é vista então como uma dimensão da exclusão social e como visto anteriormente, é alvo de muitas políticas sociais adotadas pelo governo brasileiro, bem como é alvo de discussão dos organismos internacionais, como é o caso da Unesco.

A pobreza então, se configura em uma das formas de diferenciação entre os excluídos e não excluídos. Para Martins (2003, p.16):

Aliás, entre nós, uma consciência reacionária da pobreza fala dos pobres como “desprivilegiados”, o que proclama uma forma antidemocrática de inclusão, por meio de privilégios e não de direitos sociais e políticos. Uma consciência que, no fundo, não nega nem questiona criticamente os fundamentos estamentais da desigualdade social e da exclusão.

A pobreza a qual Martins (2003) se refere não se baseia apenas em carências materiais, hoje a pobreza tomou dimensões diversificadas. Sendo assim,

A pobreza, convém lembrar, já não é mais nem principalmente carência material. As pobresas se multiplicaram em todos os planos e contaminaram até mesmo os âmbitos da vida que nunca reconheceríamos como expressões de carências vitais. (MARTINS, 2003, p. 12).

Essa combinação de processos diferenciadores, não é explicada satisfatoriamente nem se busca sua compreensão com base na própria estrutura social. A exclusão social assim como aponta Rogers (*apud* DUPAS, 1998, p.122) diz respeito também não só a bens e serviços, mas, também a falta de “*segurança, justiça, á cidadania, ou seja, relacionam-se ás desigualdades econômicas, políticas, culturais e étnicas*”. O indivíduo pode estar ainda excluído do mercado de trabalho, ou, até mesmo quando esteja inserido, pode estar vivendo com uma renda insuficiente, que não lhe permite manter um padrão de vida mínimo. Para Bracho,

Assim como a exclusão pode ser definida em relação a qualquer sistema de relações no interior de qualquer formação social, pode também ser identificada em níveis diferentes: individual, grupal ou nacional. O que muda de um nível para outro é o tipo de racionalidades ou explicações que são buscadas quando se atribui significado ao fenômeno de um ponto de vista teórico. (2001, p. 119).

Assim, a exclusão social, ou melhor, o conceito de exclusão pressupõe uma série de fatores. Não se pode dar uma definição precisa, tendo em vista que como aponta Martins (2003, p. 43), a exclusão social “*é, antes, uma impressão superficial sobre o outro por parte daqueles que se consideram “incluídos” (humanizados) e não são de fato.*” (grifos do original). Ele aponta que o conceito de exclusão social pressupõe uma sociedade acabada, que não é acessível a todos e os que não têm esse acesso são os excluídos, no entanto, isto é um enorme equívoco tendo em vista que a “*sociedade é um processo contínuo de estruturação e desestruturação*”, (MARTINS, 2003, p. 46 grifos do original), portanto, ainda que a sociedade se configure dessa forma atualmente, as relações sociais podem ser modificadas, ou ainda o próprio conceito de exclusão social e de inclusão social pode ser alterado. A crítica maior expressa por esse autor se dá no fato de que a exclusão social vem sendo usada na perspectiva de integrar os indivíduos ao sistema, ou seja, adequá-los ao que já está posto, portanto, as relações sociais que estão sendo estabelecidas seriam imutáveis partindo desta perspectiva. Para Martins então,

O discurso sobre a exclusão pretende ser um discurso militante em favor das transformações sociais, quando é na verdade um discurso militante em favor das relações sociais existentes, mas inacessíveis a uma parte da sociedade. A concepção de exclusão social é útil, portanto, para expor a necessidade histórica e política de reconhecer

involuntários limites sociais e as condições sociais do justo afã de mudar. (2003, p. 47).

A concepção de exclusão social difundida pelos organismos internacionais não é vista pela privação de direitos que deveriam ser assegurados politicamente, mas, sim, uma exclusão do próprio capitalismo, a exclusão da sociedade do consumo, essa visão como atenta Martins é empobrecida,

De fato, a concepção do historicamente possível é, no conceito de “exclusão”, reduzida e empobrecida, referida a um “sistema”, o capitalismo. Não é nem pode ser referida ao processo histórico e suas possibilidades de inovação social, cujas virtualidades o capitalismo tem conseguido frear e gerenciar. (MARTINS, 2003, p.18).

Tendo em vista essas diferentes análises a respeito da exclusão social, é preciso então salientar que este trabalho ao se referir sobre o fenômeno da exclusão, compreende que ele é complexo à medida que pode ser interpretado de diferentes maneiras, o que nos interessa aqui é compreender como é visto este fenômeno na perspectiva da Unesco, ou seja, a situação das desigualdades sociais, pobreza, analfabetismo, desemprego, fatores estes que afetam a concepção de educação que o organismo dissemina.

Segundo Soares (2003), o processo neoliberal provocou um desajuste social que não só agravou a situação de desigualdades, bem como a pobreza e o número de pessoas que sobrevivem em situações subumanas, como também criou novas condições sociais. Portanto,

As conseqüências sociais do ajuste neoliberal na América Latina foram por nós denominadas *desajuste social*, na medida em que tal ajuste não apenas agravou as condições sociais preexistentes de desigualdade estrutural em nosso continente como também provocou o surgimento de “novas” condições de exclusão social e generalização da precariedade e da insegurança em vastos setores sociais antes “incluídos”, a partir da sua inserção no mercado de trabalho e dos mecanismos de proteção social construídos ao longo de décadas. (SOARES, 2003, p. 21).

Essa noção de desajuste, continua Soares, se da devido também ao caráter estrutural que essas mudanças têm, essas mudanças sociais são profundas e a possibilidade de revertê-las são “*proporcionais ao grau de destruição provocado*

pelas políticas de ajuste, não por acaso denominadas 'estruturais'" (SOARES, 2003, p. 22, grifos no original).

O fato é que o discurso que vemos hoje nos mostra essas conseqüências como inevitáveis frutos do caráter individual das próprias pessoas, ou seja, nem todos têm “condições” de acompanhar o sistema e, portanto o que podemos fazer é “assisti-las” no sentido em que tenham mínimas garantias de vida. Segundo Melo,

O pensamento neoliberal, em suas premissas básicas, múltiplas, contraditórias e heterogêneas, começou a atingir as pessoas no seu cotidiano de vida e trabalho, através de uma forte penetração de seu discurso na mídia, nas ações governamentais, modificando as relações sociais de trabalho, provocando mudanças na linguagem com que as pessoas que moram nas cidades dizem seu dia-a-dia. O neoliberalismo foi ganhando um status de banalidade, de presença intrínseca e perene, tanto quanto uma fórmula uma receita que, finalmente, poderia dar uma organização, um direcionamento redentor para os problemas da humanidade.” (MELO, 2004, p. 29).

Segundo a Unesco (2007), o desenvolvimento econômico tão almejado pelos países e tão presente nos diversos discursos está de fato ocorrendo, porém, o desenvolvimento social não esta tendo tanto progresso, principalmente em países do terceiro mundo como é o caso do Brasil, em conseqüência agravam-se as situações de desigualdade social, pobreza, exclusão social entre outros problemas sociais. Sendo assim,

É difícil reconhecer que haja desenvolvimento quando seus benefícios se acumulam longe da massa da população. Como é difícil reconhecer a legitimidade de um modelo de desenvolvimento que exclui legiões de seres humanos das oportunidades de participação não só nos frutos da riqueza, mas até mesmo na produção da riqueza. (MARTINS, 2003, p. 10).

Portanto, o desenvolvimento social dos países não vem acompanhando as transformações neoliberais, o que faz com que o quadro de desigualdade social, miséria, pobreza, desemprego, entre outros problemas sociais se intensifiquem. A seguir abordaremos então o papel que a educação assume frente a esses novos dilemas.

4.2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FRENTE AOS PROBLEMAS SOCIAIS

Maués (2003) aponta que a globalização e o avanço da economia se refletiram nas políticas educacionais a partir de 1980, exigindo então uma maior qualificação dos trabalhadores, surge também a necessidade de os países se adaptarem às novas exigências mundiais para que possam continuar a competir no mercado internacional. Nesta perspectiva,

As reformas educacionais, como uma forma de regulação social, poderão ter o papel de realizar não - somente um ajustamento no sistema social, de manter o equilíbrio, como podem servir de controle, à medida que venham de baixo para cima, como é o caso em alguns países. Isto é, são os organismos governamentais que decidem a direção que devem tomar as reformas, a partir das relações que se estabelecem no contexto mundial, quer seja no aspecto político, econômico ou social. (MAUÉS, 2003, p. 95).

As relações internacionais que os países estabelecem se tornam elemento decisivo na construção das políticas públicas, e principalmente educacionais. A educação pautada na competitividade se torna foco das discussões, e que para que ela se torne produtiva é imprescindível que se invista na educação básica e na formação dos professores.

Segundo Shiroma (2004, p. 1), houve uma mudança no discurso dos organismos internacionais a respeito da educação a partir da década de 1990. No começo dessa década o discurso “*girava em torno de conceitos como produtividade, qualidade, competitividade, eficiência e eficácia.*” (grifos no original).

Já no final da década esse discurso antes de caráter economicista sede lugar a um discurso com uma face mais humanitária, onde “*por meio da qual a política educacional ocuparia o lugar de solução dos problemas humanos mais cadentes*”, os conceitos de justiça e equidade, bem como de solidariedade social são enfatizados constantemente. Segundo Shiroma,

Tais conceitos supõem uma espécie de “companheirismo social” pelo qual “os que têm” colaboram com “os que nada têm” ou “têm pouco”. Esse viés humanitário deveria estar na base da construção de políticas educativas – e sociais – viabilizadoras da convivência harmonizadora em sociedade, composta de “parceiros” – Estado, mercado e sociedade civil – que irmanam na luta por melhores condições de vida, entre outros apelos que só as elites dominantes

são capazes de produzir quando o que esta em causa é sua hegemonia. (SHIROMA, 2004, p. 2).

Nesta perspectiva, a Unesco é um dos organismos mais “empenhados” em disseminar esse novo discurso, apelando principalmente para o que Shiroma refere-se como “companheirismo social”, ou em utilizar-se da educação aliada a políticas compensatórias como principal instrumento de combate a pobreza e “inclusão social”.

Devido a uma série de fatores a Comissão Econômica para América Latina e Caribe propôs em na década de 1990, uma *“articulação entre transformação produtiva, eqüidade e conhecimentos”* (SHIROMA, 2004, p. 2), essas reformas deveriam ser urgentes para essa região. Era necessário qualificar os trabalhadores, mas sem que se perdesse o controle sobre eles evitando assim possíveis revoltas às transformações¹⁰ que estavam ocorrendo. Segundo Shiroma,

Visando ocultar os reais determinantes do empobrecimento da maioria da população e administrar eventuais levantes sociais a eles associados, um conjunto de políticas compensatórias atreladas a uma educação redentora foi disseminado pelo continente. Popularizam-se argumentos em prol do ensino com qualidade total, orientados por princípios da pedagogia do capital. Nesse processo, alguns elementos do capital humano foram resgatados, mas alterados, pois, num contexto de globalização excludente, a educação tornara-se responsabilidade individual voltada para a empregabilidade. (SHIROMA, 2004, p.2).

Frente a essa nova realidade que o mercado globalizado empunha, a justificativa utilizada girava em torno da necessidade dos países se adaptarem as orientações dos organismos internacionais e assim poderem competir no mercado. Com o intuito de conseguir um consenso mundial, pesquisas em relação à educação foram feitas e procuravam demonstrar o sucesso no desenvolvimento econômico dos países centrais que investiam na educação. Nesta perspectiva,

No projeto educativo das agências multilaterais que atuam na América Latina e Caribe (ALC) difundia-se o ideário, ilusionista, de que se cumpridas essas exigências, os países “em desenvolvimento” poderiam alcançar plenas condições de competição nas negociações internacionais de sua produção e, inclusive, superar as condições de pobreza. (SHIROMA, 2004, p. 4).

¹⁰ Avanço das forças produtivas e a flexibilização dos sistemas de manufaturas (Shiroma, 2004).

O aumento rápido da pobreza é visto como um efeito da globalização. Definir o conceito de pobreza passa a ser a discussão de diversos organismos como o Banco Mundial, o PNUD¹¹ criou em 1996 o Ano Internacional para a erradicação da pobreza semelhante ao IDH¹², porém aparentemente sem resultados já que um ano mais tarde outro conceito foi desenvolvido, o Índice de Pobreza Humana (IPH). A questão da pobreza continua em destaque no ano de 2000 na Cúpula do Milênio onde estiveram presentes 189 países, foram elencados 8 pontos principais para a erradicação da pobreza no mundo, entre eles se destaca a universalização do ensino fundamental. Nesta perspectiva,

A forma naturalizada com que os organismos lamentam a transmissão “intergeracional” da pobreza somou-se a fogos de artifício da sociedade multi-risco, do não-trabalho e da economia do conhecimento, na tentativa de eclipsar uma situação de super produção do capital e de crescimento exponencial de famintos e miseráveis. Documentos mais recentes apelam para a noção de capital social e educação para a inclusão social dos empobrecidos. (SHIROMA, 2004, p.12).

A autora analisando os documentos dos organismos internacionais afirma que a inclusão dos empobrecidos e o combate a pobreza se daria por meio da educação, vista sob a perspectiva da empregabilidade e da cidadania ativa, neste sentido os trabalhos desenvolvidos teriam um valor não só pelo produzido, mas até mesmo o trabalho “não-pago”, ou o trabalho voluntário teriam valor devido a sua importância na inclusão social. Nesta perspectiva,

Considerando que o trabalho remunerado esta escasso, o trabalho voluntário torna-se uma opção. O voluntariado, entendido como expressão de cidadania ativa, configura-se como atalho para o aumento da auto-valorização, da auto-estima, especialmente para pessoas desempregadas ou que dependem, a longo tempo, de benefícios e pensões. Também é apresentado como um reforço a empregabilidade: “faz as pessoas mais empregáveis ao cultivar suas habilidades, capacidade de trabalhar com outros e resolver problemas.” (SHIROMA, 2004, p.13).

¹¹ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

¹² Índice de desenvolvimento humano.

A inclusão passa a ser um bom investimento já que não é apenas financiada pelo Estado, mas também pela sociedade civil, por meio da solidariedade social, o voluntariado e a caridade. Segundo Campos,

As intersecções entre as políticas assistenciais voltadas para os segmentos mais pobres e as políticas educacionais – por definição universalistas e abertas a todos – são indicadores dessa convivência pouco clara entre as diferentes lógicas dos diversos setores sociais: tradicionalmente, as pontas do sistema educacional são territórios relegados pelos órgãos educacionais e assumidos pela assistência social através de programas focalizados nos segmentos mais pobres da população. (CAMPOS, 2003, p. 186).

Sendo assim, paralelos ao ensino regular estão programas de caráter assistencial organizados pela sociedade civil ou pelos estados, ou até mesmo programas que atendem determinadas parcelas da população que têm idade normal para frequentarem a escola pública. Campos (2003) levanta ainda algumas questões referentes aos programas de renda mínima atrelados à educação, como a obrigatoriedade das crianças frequentarem a escola onde a frequência é exigida, mas o aproveitamento não, a possibilidade das prefeituras utilizarem parte da verba destinada à educação para o financiamento de programas de renda mínima, como é o caso do município de São Paulo¹³. Se esses programas não forem acompanhados de maiores investimentos na educação, corre-se o risco de se intensificar as crises que já são vividas desde a democratização do ensino. Segundo Campos,

[...] a disseminação de uma concepção de política de complementação de renda baseada em direitos de cidadania, que cria obrigações também para os beneficiados e que não deveria suscitar discriminação na vida social, será provavelmente lenta, numa sociedade que ainda convive com práticas clientelistas e ainda confunde política social com assistencialismo e direito com favor. (CAMPOS, 2003, p. 190).

É preciso atentar também que as políticas de combate a pobreza apesar de ser uma maneira de permitir o acesso de uma determinada faixa da população à educação, não garante ainda a inclusão social verdadeira.

¹³ Ver Campos 2003.

Como podemos observar a relação entre a exclusão social, pobreza e educação se da na utilização da educação como um dos instrumentos responsáveis para a superação desses problemas sociais. A educação passa então a ser responsável pela perpetuação desses problemas sociais e ao mesmo tempo uma das soluções.

4.3 EDUCAÇÃO EMANCIPADORA OU EDUCAÇÃO REDENTORA?

O neoliberalismo agravou a situação de desigualdades, bem como a pobreza e o número de pessoas que sobrevivem em situações subumanas, porém o discurso que vemos hoje nos mostra essas conseqüências como inevitáveis frutos do caráter individual das próprias pessoas, a competitividade é estimulada e “alguns” não têm “condições” de acompanhar o sistema e, portanto o que podemos fazer é “assistilas” no sentido em que tenham mínimas garantias de vida atendidas. A ideologia neoliberal é propagada como consenso geral, ao mesmo tempo em que se estimula a competitividade, o desenvolvimento individual (este responsabilidade do sujeito), cobra-se uma solidariedade com os demais que não conseguem (por falta de competências) acompanhar o sistema e se estabelecer na sociedade capitalista. Neste sentido há,

[...] um reforço, um aperto, uma tensão na responsabilidade do indivíduo com sua própria existência. A exigência de uma competição pela própria sobrevivência, para tornar-se mais possível que o outro. Mais competente, mais apto, cada vez mais desigual uma desigualdade natural.” (MELO, 2004 p.30).

O projeto neoliberal que vemos hoje sofreu mudanças em seu ideário na tentativa de formar um consenso, e disseminar o capitalismo, mas de maneira não tão agressiva, um sistema capitalista mais “humano”, principalmente nos países em desenvolvimento, na tentativa de se conter as crises financeiras devido a dívida externa desses países, bem como para manter os mercados funcionando normalmente. Segundo Melo (2004),

No entanto, são notadas mudanças no direcionamento ideológico do projeto neoliberal nas propostas e ações do FMI, do BM e da UNESCO nos anos 90, no sentido de implantar um capitalismo com uma “face humanizada” nos países em desenvolvimento. Um capitalismo cujo discurso valoriza tanto a sobrevivência dos indivíduos quanto a dos mercados, valoriza a normalidade

democrática, a eficiência da burocracia estatal, uma relação 'saudável' de parceria com atores sociais governamentais e não-governamentais, e a proteção ambiental, buscando diminuir as tensões sociais causadas pela austeridade dos ajustes e reformas em mudanças que, afinal, têm com motivo principal manter e ampliar a capacidade dos países de pagamento da dívida externa, de cumprir com os serviços dessa dívida, de fornecer mercados funcionando de forma estável e de manter uma ordem social sem sublevações nem possibilidades de mudança da decisão dos países quanto à aceitação de sua própria expropriação" (p.143).

De acordo com Martins (2002) apesar de a exclusão social e a pobreza estarem sempre presente nas diferentes configurações de sociedade, o que vemos hoje é a intensificação deste fenômeno, provocada pelo neoliberalismo. Apesar de o sistema econômico ser o responsável pelo aumento da exclusão social, não convém aos organismos internacionais erradicá-lo, pois de certa forma a exclusão é inerente ao sistema. Segundo Mézaros,

A própria globalização capitalista é uma manifestação contraditória dessa crise, tentando subverter a relação *causal efeito*, na vã tentativa de curar alguns efeitos negativo mediante outros *efeitos ilusoriamente desejáveis*, porque é estruturalmente incapaz de se dirigir às suas *causas*. (2005, p. 76, *grifos no original*).

Neste sentido, análise que fazemos em relação à perspectiva apontada pela Unesco, é que, o que se busca não é a erradicação dos problemas sociais, mas, sim, sua contenção, desviando o foco das reais causas dos problemas sociais e amenizando as suas conseqüências. Como salienta Soares (2003, p. 27, *grifo da autora*), "*as políticas sociais passam a ser substituídas por 'programas de combate a pobreza', que tratam de, segundo seus proponentes, 'minimizar' os efeitos do ajuste sobre os 'mais pobres' ou 'mais frágeis'.*"

Devido à intensificação dos problemas sociais, especialmente a partir de 1990, surge então a preocupação de que essas conseqüências alcançassem proporções ainda maiores, podendo desestabilizar o funcionamento do próprio sistema. Neste sentido, os organismos internacionais, amparam os países seja no financiando programas ou no caso da Unesco, por meio de orientações com objetivo de "aliviar" os problemas sociais, disseminando em seus discursos uma cultura de paz¹⁴, voltada para o companheirismo, a importância dos valores basilares,

¹⁴ Este termo é empregado pela Unesco em diferentes publicações.

princípios como o da tolerância, respeito e a importância da solidariedade, norteando a vida das pessoas. Neste sentido,

Como foi visto até agora, o atual desastre social no mundo já não pode ser ocultado e tornou-se quase um “novo consenso” do ponto de vista do seu reconhecimento, em face de suas evidentes e crescentes manifestações. O problema continua sendo a repetição do diagnóstico das causas do desastre e, sobretudo, das propostas que continuam hegemônicas para o seu enfrentamento. (SOARES, 2003, p. 97).

O tema da exclusão social e da pobreza se torna destaque não só nos documentos da Unesco, mas na maioria dos relatórios dos organismos internacionais¹⁵ como aponta Soares (2003), todos indicam o agravamento da pobreza e o surgimento de “*novas situações*”. Neste sentido, Soares destaca que:

Portanto, a simples constatação da pobreza não significa o reconhecimento por parte dos organismos internacionais das conseqüências de um modelo imposto pelas políticas neoliberais em todo mundo. Se fizéssemos uma analogia da situação social mundial com uma “doença”, poderíamos afirmar que tanto o diagnóstico como sobretudo a receita prescrita implicaram um agravamento desta. (2003, p, 98, *grifos no original*).

Soares aponta ainda que analisando a situação da América Latina, os diagnósticos variam a respeito das razões as quais nos tornam um país com tantos problemas sociais. São apontados pela autora, a “*incompetência para executar de forma ‘adequada’ os ajustes e as reformas ‘necessárias’ até ‘nossa fragilidade política’*”. (2003, p, 98), outros apontam também a questão econômica, e também “*os mais radicais como o FMI, continuam afirmando que tais condições sociais nos países em desenvolvimento são um preço ‘necessário’*”, a autora volta então na questão da analogia da doença, “*seriam inevitáveis ‘os efeitos colaterais’ do remédio aplicado*”. (2003, p, 98, *grifos no original*). É preciso salientar que Soares se refere a diversos organismos internacionais, as idéias acima é mais difícil de se identificar nas propostas da Unesco devido a sutileza que ela utiliza ao se tratar das questões sociais dos países.

Soares (2003) aponta ainda que como o desenvolvimento desses países, demandaria tempo, então seria necessário que os organismos internacionais intervenham enquanto este desenvolvimento não chega nesses países. As

¹⁵ BM, FMI, CEPAL, PNUD, OIT.

participações da comunidade e das empresas privadas se tornam fundamentais neste sentido, são disseminados então consensos a respeito de “parcerias”, “responsabilidade social”, a necessidade de proteção as pessoas em situação de “vulnerabilidade social”. Neste sentido,

Existe, portanto, um flagrante e recorrente contradição nas propostas hegemônicas feitas pelos organismos internacionais e adotadas pelos governos. Os programas de “alívio à pobreza” focalizados nos “mais afetados” ou nos mais “vulneráveis” continuam sendo recomendados, mesmo reconhecendo-se que os problemas sociais não são “residuais” e que “os mais afetados” são na realidade a maioria. (SOARES, 2003, p, 100, *grifos no original*).

Outro problema apontado pela autora é que essas políticas de “alívio” a pobreza não tem “compensado” as perdas dos mais pobres como também não chegam nem perto das verdadeiras causas. Nesta perspectiva,

Por trás do quase irresistível apelo à chamada “participação da comunidade” e aos inúmeros exemplos “bem sucedidos” (colocados em quadros coloridos e chamativos nos relatórios internacionais)- os quais não passam de “pequenas histórias” contadas em meio a um mar de dramas sociais-, o que vemos é a perversidade das inúmeras situações de pessoas entregues à própria sorte. (SOARES, 2003, p, 100, *grifos no original*).

A Unesco foi escolhida como objeto de estudo deste trabalho devido à enorme influência que ela exerce no cenário mundial, suas idéias e orientações permeiam as políticas de diversos países, como o Brasil. Como podemos observar no decorrer deste trabalho as áreas de discussões da Unesco são muitas, porém é possível constatar a importância que ela atribui à educação.

A educação passa a ser então o principal instrumento na contenção dos problemas sociais e para o desenvolvimento econômico dos países. Para tanto, é necessário, na perspectiva da Unesco, que a escola em seus diferentes níveis de ensino, se pautem em uma cultura baseada nos valores basilares, além de formar sujeitos dinâmicos, flexíveis, “cidadãos do mundo”.

Outro aspecto importante a ser salientado é que, sob a perspectiva da Unesco a educação é responsabilizada como a principal causa da desigualdade social no Brasil, a baixa escolaridade da população e a ineficiência do ensino brasileiro se tornam responsáveis pelos problemas da exclusão social e da pobreza

devido à baixa qualificação dos trabalhadores. Nesta perspectiva, “a educação passa então a constituir-se num dos fatores fundamentais para explicar economicamente as diferenças de capacidade de trabalho e conseqüentemente as diferenças de produtividade e renda.” (FRIGOTTO, 1993, p. 41, *grifos do autor*). Neste sentido, na perspectiva da Unesco, se torna imprescindível que os países em desenvolvimento invistam na área de educação, não só qualificando o trabalhador, mas também impregnando valores morais, formando sujeitos dóceis e adaptados ao sistema. Nesse sentido,

O conceito de capital humano- ou mais extensivamente, de recursos humanos- busca traduzir o montante de investimentos que uma nação faz ou os indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros. Do ponto de vista macroeconômico, o investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista microeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social. (FRIGOTTO, 1993, p.41).

Outro aspecto levantado no decorrer do trabalho se da na recomendação de que, além do investimento na área da educação, se crie programas de renda mínima e políticas compensatórias, que, atrelados à educação se tornariam uma importante ferramenta para que os indivíduos superem sua situação de exclusão social ou pobreza. Assim,

A educação que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes” (EMIR SADER *apud* MÉSZÁROS, 2005, p.47).

O que a Unesco busca então por meio de seus discursos e orientações é a legitimização do sistema capitalista por meio da educação. A educação que deveria promover a emancipação do homem, permitindo uma consciência crítica a respeito da realidade, se torna responsável por “adaptar” este mesmo indivíduo ao sistema, tornando-o um sujeito acrítico, tolerante, solidário, e com as qualificações que o mercado global exige. Sendo assim,

É neste espírito que se podem reunir todas as dimensões da educação. Os princípios orientadores da educação formal devem desta forma ser destrinchados do seu envolvimento com a lógica de conformidade impositiva com o capital, movendo-se ao invés disso na direcção de um intercâmbio activo e positivo com práticas educacionais mais amplas. Eles precisam muito um do outro. Sem um intercâmbio progressivo consciente com processos de educação abrangentes como "a nossa própria vida" a educação formal não pode realizar as suas muito necessárias *aspirações emancipadoras*. Se, entretanto, os elementos progressistas da educação formal forem bem sucedidos em redefinir a sua tarefa num espírito orientado em direcção à perspectiva de uma alternativa hegemónica à ordem existente, eles podem dar uma contribuição vital para romper a lógica do capital não só no seu próprio limitado domínio como também na sociedade como um todo. (MÉSZAROS, 2004) ¹⁶

Neste sentido, a educação tem sim papel fundamental na sociedade seja ele aliado ao sistema capitalista o de reprodução da ordem social existente, essas práticas apenas amenizam os problemas sociais. Para uma solução efetiva dos problemas sociais é preciso uma mudança estrutural na sociedade como um todo e não só na educação, como também nas políticas sociais, estabelecendo assim políticas que possam garantir os direitos e não apenas compensar as falhas do sistema.

Como vimos no decorrer do trabalho às orientações da Unesco permeiam as políticas sociais dos países em desenvolvimento. No Brasil essas orientações se materializam por meio de políticas compensatórias, como "bolsa-família", "bolsa-escola", entre outros programas relacionados à moradia, alimentação e serviços como água e luz. Os programas de redistribuição de renda como vimos no decorrer deste trabalho é uma das orientações dadas por este organismo para a redução da pobreza e superação da exclusão social. Porém na perspectiva da Unesco, só essas políticas seriam ineficientes no controle dos problemas sociais, é preciso uma "formatação das mentalidades", que só é possível por meio da educação. A educação se torna responsável também por acelerar o desenvolvimento econômico dos países, esse tipo de concepção é muito presente em nossa sociedade, seja em discursos políticos, ou até mesmo nas políticas educacionais. A insuficiência do ensino e os baixos índices de escolaridade são vistos como fatores determinantes para o crescimento dos países. Nesse sentido, a Unesco enfatiza a expansão da

¹⁶ Ver em : <http://resistir.info/meszaros/meszaros_educacao.html>

educação básica e a erradicação do analfabetismo, orientações essas que o Brasil se comprometeu a seguir, inclusive incentivando o apoio da sociedade civil em programas de alfabetização pelo país.

É importante ressaltar que a Unesco como ela própria afirma, busca a formação de um consenso geral entre os países, por meio de seu discurso com um apelo forte moral ela vai penetrando com suas orientações nas políticas sociais, políticas educacionais e na própria sociedade civil. A educação se torna responsável então, como vimos, em transmitir os conhecimentos, dar subsídios para que os sujeitos continuem a buscar conhecimentos, aprendam a viver em sociedade, estimular a identidade dos sujeitos, e, ao mesmo tempo, formar cidadãos globais, flexíveis e dinâmicos capazes de se adaptar as exigências de um mundo globalizado, além, é claro, de disseminar valores e princípios como os da tolerância e da solidariedade.

Nesse capítulo buscamos apresentar alguns subsídios teóricos com o objetivo de fazermos o contraponto às idéias e orientações da Unesco, a fim de desmontarmos os elementos que visam a construção de consensos produzidos por essa agência no que se refere à educação. O consenso buscado pela Unesco é a favor do sistema capitalista, aceitá-lo como salientado por Soares (2003), significa acatá-lo como um remédio para os males sociais, e, não, como vimos ser necessário tratar a causa de problemas como a exclusão social e pobreza. A educação neste sentido seria redentora, o mal e a cura dos problemas sociais, o meio mais eficaz de ascensão social dos indivíduos e conseqüentemente dos países em desenvolvimento, uma educação voltada para a reprodução e adaptação dos sujeitos ao sistema.

CONCLUSÃO

O conceito de exclusão social é difícil de ser abordado uma vez que ele pode expressar também o sentimento ou a situação daqueles que se sentem de alguma forma, à margem da sociedade, como minorias étnicas, religiosas, pessoas portadoras de necessidade especial ou indivíduos privados do atendimento de suas necessidades básicas (saúde, alimentação, educação e moradia), ou aqueles que vivem em situação de pobreza ou miséria extrema. Ao definir as necessidades básicas dos indivíduos temos que considerar uma gama de serviços que podem ser considerados tão necessários para sobrevivência quanto a serviços como alimentação e moradia. Sendo assim, definir a pobreza enquanto privação de serviços públicos ou ainda a exclusão social como exclusão do sistema capitalista é equivocada, tendo em vista a própria contradição presente no sistema que agravou como vimos no decorrer do trabalho, os problemas sociais, não só a pobreza e a exclusão social, mas também a desigualdade social, desemprego, violência entre outros.

A Unesco é um dos organismos internacionais que buscam por meio de estratégias “ampararem” os países em desenvolvimento (onde os problemas sociais são mais intensos). A principal estratégia da Unesco se dá pelo apelo moral feito aos indivíduos, seu discurso aparentemente humanista faz com que suas idéias sejam disseminadas mais facilmente, alcançando todas as camadas da população e principalmente os Governos dos países. Ainda que não se tenha a obrigatoriedade constitucional de acatar as idéias promovidas pela Unesco, o seu discurso é tão intenso e repetitivo que se reflete nas políticas dos países em desenvolvimento. Os países se comprometem a adotar essas idéias visando sempre o alcance de metas definidas pela organização em conjunto com outras agências e países. Outro ponto marcante da influência da Unesco, se da nos autores e intelectuais que consciente ou inconscientemente utilizam-se do mesmo discurso.¹⁷

Como o frisado pela própria agência, esta funciona como um laboratório de idéias, aparentemente neutra, visando à construção de um consenso mundial e a colaboração entre os países, marcada pela presença de diversos intelectuais e o apoio de diversos países que participam da organização.

¹⁷ Entre as muitas publicações se destacam autores renomados.

O papel da educação na perspectiva deste organismo seria então crucial tanto na reprodução dos problemas sociais, como também em seu combate. A baixa escolarização é vista como uma das principais causas pela desigualdade social nos países em desenvolvimento, e conseqüentemente pela situação de pobreza e exclusão social a que os indivíduos se encontram, além de ser responsável também pela situação econômica desprivilegiada dos países em desenvolvimento. Neste sentido se torna essencial que os países invistam na educação, e que junto ao terceiro setor expanda a educação básica, para que todos tenham acesso. A sociedade civil é chamada então a participar ativamente, não só por meio de trabalhos voluntários, mas através de investimentos financeiros, tomando assim uma parcela da responsabilidade dos Governos em garantirem esses serviços à população.

Outro aspecto levantado no decorrer do trabalho é a necessidade de que se criem mecanismos de redistribuição de renda, visto que esse é um dos principais problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento. É preciso então na perspectiva da Unesco, que se criem programas de renda mínima que permitam às pessoas em situação de “vulnerabilidade social” a satisfação de suas necessidades básicas. Esses programas aliados à educação se tornariam então um instrumento eficaz no combate aos problemas sociais.

Neste sentido, a educação tende a ser impregnada por valores morais, de princípios como o da tolerância e da solidariedade, por meio da educação deveria ser estimulada uma cultura de paz, formando assim, cidadãos flexíveis. Mézaros (2005) nos traz alguns questionamentos a respeito da educação:

Será que a aprendizagem conduz à auto-realização dos indivíduos como “indivíduos socialmente ricos” humanamente (nas palavras de Marx), ou está ela a serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante e definitivamente incontrolável do capital? Será o conhecimento o elemento necessário para transformar a realidade ideal da emancipação humana, em conjunto com uma firme determinação e dedicação dos indivíduos para alcançar, de maneira bem sucedida, a auto-emancipação da humanidade, apesar de todas as adversidades, ou será pelo contrário, a adoção pelos indivíduos, em particular, de modos de comportamento que apenas favorecem a concretização dos objetivos reificados do capital? (p.47, *grifos no original*).

É preciso que nós, enquanto profissionais da educação tenhamos a consciência das discussões acima, na medida em que consciente ou

inconscientemente poderemos reproduzir ou não essas ações, perpetuando ou transformando a realidade atual. Exigir de nossos alunos uma consciência crítica, só é possível se nós, enquanto profissionais da educação, também possuímos esta consciência. É preciso questionar constantemente as práticas sociais e as relações que são estabelecidas diariamente de modo até inconsciente, só assim é que poderemos alcançar a emancipação do homem e também provocar uma transformação social.

REFERÊNCIAS

BRACHO, Tereza. Exclusão Educacional como dispositivo de exclusão social. In: OLIVEIRA, Maria Coleta. **Demografia da exclusão Social**. São Paulo; Unicamp, 2001. p. 119-136.

CAMPOS, Maria Malta. Educação e políticas de combate à pobreza. **Revista Brasileira de Educação**. N° 24, p. 183- 191, Outubro de 2003

CHIZZOTI, ANTONIO. A pesquisa em ciências humanas e sociais. In: CHIZZOTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. RJ: Vozes, 2006. p. 1-13.

DUPAS, GILBERTO. A lógica da economia global e a exclusão social. **Estudos avançados**. 12 (34), USP, p. 119 -159, junho de 1998.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. **O combate a pobreza nas políticas educacionais do século XXI**. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004, A questão social do novo milênio Coimbra. Portugal

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva; um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico- social e capitalista**. 4° edição. São Paulo: Cortez, 1993

GOMES, Cândido Alberto. **Dos Valores Proclamados aos Valores Vividos: Traduzindo em atos os princípios das nações Unidas e da UNESCO para projetos escolares e políticas educacionais**. Brasília: UNESCO, 2001. p. 101 – (Cadernos UNESCO Brasil. Série educação; 7).

LAKATOS, Eva Maria. Metodologia qualitativa e quantitativa. In: LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5° Ed. São Paulo: Atlas, 2007

LUDKE, Menga. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In: LUDKE, Menga. **Pesquisa e Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: Estudos sobre exclusão social, pobreza e classes sociais**. 2° edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

MAUÉS, Olgaíses Cabral. **Reformas internacionais da educação e formação de professores**. Cadernos de Pesquisa, n. 118. Março, 2003

MELO, Adriana Almeida Sales de. **A mundialização da educação: consolidando o projeto neoliberal na América Latina. Brasil e Venezuela.** Maceió: EDUFAL, 2004

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital.** Boitempo, 2005 (Tradução de Education Beyond capital)

MÉSZAROS, István. **Educação para além do capital.** Intervenção na abertura no Fórum Mundial de Educação. Porto Alegre, Brasil, 28/Jul/2004. Tradução de T. Brito. Disponível em: <http://resistir.info/meszaros/meszaros_educacao.html> Acesso em 6 de setembro de 2010.

SOARES, Laura Tavares. **O desastre social.** Rio de Janeiro, RJ: Record, 2003

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos.** Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Domínio público disponível na internet.

UNESCO. **Educação para todos: o compromisso de Dakar.** Brasília, CONSED. Ação educativa. 2001. Domínio público disponível na internet.

UNESCO. **Educação um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. UNESCO, 1996. Domínio público disponível na internet

UNESCO. **Monitoramento da Educação 2010.** Disponível em:< www.unesco.org/pt/brasilhttp://www.unesco.org/pt/brasil/singleview/news/2010_education_for_all_global_monitoring_report_is_being_launched_19_january_in_new_york/back/9683/cHash/9204c96864/>. Acesso em: 15 jun. 2010.

UNESCO. **Marco estratégico para a UNESCO Brasil.** Brasília: UNESCO, 2006. Domínio público disponível na internet

UNESCO. **O que é? O que faz?.** UNESCO, 2007

UNESCO. **Pobreza e desigualdade no Brasil;** Traçando caminhos para a inclusão social. Brasília: UNESCO, 2004

WERTHEIN, Jorge. **Políticas de Educação: idéias e ações.** (Cadernos UNESCO Brasil. Série educação; 6). Brasília: UNESCO, 2001.